

A Representatividade Feminina nos Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado de Minas Gerais no Período de 1998 a 2009

Representatividad de la Mujer en los Comités de Cuenca Hidrográfica del Estado de Minas Gerais para el Periodo de 1998 a 2009

Women's Representativeness in the River Basin Committees in the State of Minas Gerais from 1998 to 2009

Letícia de Alcântara Moreira

Luiz Carlos Dias Rocha

Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa

Paula Inácio Coelho

Resumo: Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) são órgãos colegiados onde são debatidos assuntos de interesse local no que se referem à gestão das águas, tais órgãos devem ser representativos/democráticos conforme disposto em lei. Assim, o presente trabalho teve por objetivo estudar qual é a representatividade do gênero feminino nos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa documental. Encontrou-se a representatividade média feminina de 24,75%, número considerado baixo. Para o resultado encontrado, foram sugeridas 4 hipóteses, sendo elas: baixa representatividade feminina no campo político, baixa representatividade feminina em cargos técnicos, sobrecarga da rotina da mulher e receio da mulher em ocupar espaços tipicamente masculinos. Conclui-se que, apesar da baixa representatividade encontrada, é recomendável que se criem discussões sobre a participação feminina nos CBHs.

Palavras Chave: Meio Ambiente. Recursos Hídricos. Discussões de gênero.

Resumen: Los Comités de Cuenca Hidrográfica (CBH) son órganos colegiados donde se discuten temas de interés local con respecto a la gestión del agua, dichos órganos deben ser representativos / democráticos según lo dispuesto por la ley. Así, el presente estudio tuvo como objetivo estudiar cuál es la representación del género femenino en los Comités de Cuenca Hidrográfica del Estado de Minas Gerais. Como metodología se utilizó la investigación documental. Se encontró una representación femenina promedio del 24,75%, cifra considerada baja. Para el resultado encontrado se plantearon 4 hipótesis, a saber: baja representación femenina en el ámbito político, baja representación femenina en cargos técnicos, sobrecarga de la rutina de la mujer y miedo a la mujer en ocupar espacios típicamente masculinos. Se concluye que a pesar de la baja representatividad encontrada, se recomienda que se generen discusiones sobre la participación femenina en los CBH.

Palabras Claves: Medio Ambiente. Recursos hídricos. Discusiones de género.

Abstract: The River Basin Committees (CBHs) are collegiate bodies where issues of local interest regarding water management are discussed, such bodies must be representative/ democratic as provided by law. So, the objective of this work was to study what is the representativeness of the feminine gender in the River Basin Committees of the State of Minas Gerais. Documentary research was used as a methodology. The average female representativity was found to be 24.75%, a number considered low. For the found result, 4 hypotheses had been suggested, being them: low feminine representativeness in the political field, low feminine representativeness in technical positions, overload of the woman's routine and fear of the woman to occupy spaces typically masculine. It is concluded that despite the low representativeness found, it is recommended to create discussions on female participation in the CBHs.

Key-words: Environment. Water resources. Gender discussions.

Letícia de Alcântara Moreira – Doutoranda em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, UNIFEI. E-mail: lemorera@hotmail.com

Luiz Carlos Dias Rocha – Professor Doutor, IFSULDEMINAS. E-mail: luiz.rocha@ifsulde Minas.edu.br

Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa – Professora Doutora, UNIFEI. E-mail: daniela.unifei@gmail.com

Paula Inácio Coelho – Professora Mestra, IFSULDEMINAS. E-mail: paula.inacio@ifsulde Minas.com

INTRODUÇÃO

Os atuais padrões de consumo e produção da sociedade têm gerado um cenário alarmante de escassez de recursos naturais, principalmente no que diz respeito à qualidade, quantidade e disponibilidade (MOREIRA, 2018). Além disso, a responsabilidade ambiental e a tomada de decisões sobre o tema devem envolver os diferentes atores sociais, fato que, após o processo de democratização do Brasil, se intensificou, conforme pode ser observado no artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Uma das formas mais efetivas de envolver diferentes atores sociais na tomada de decisão sobre assuntos ambientais é a criação de Comitês ou Conselhos. Ambos se constituem em espaços democráticos para discussões sobre diferentes temas, tornando possível diferentes perspectivas, a concretização da gestão participativa e a sustentabilidade democrática (KEMERICH; RITTER; DULAC, 2014; LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Um dos recursos naturais mais afetados pelos atuais padrões é a água, sendo que tal recurso é imprescindível à produção de bens indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social, além disso, é um elemento vital para a conservação dos ecossistemas e da vida de todos. Devido a sua importância, a água vem sendo apontada como uma das principais causas de conflitos do século, o que evidencia a necessidade de uma estratégia epistemológica e política para contornar ou, ao menos, amenizar esse contexto (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Para Jacobi (2006), foi ao longo dos anos 90 que a União e os Estados brasileiros se organizaram para que houvesse uma reestruturação do sistema de gestão dos recursos naturais, sendo que a principal alteração foi a criação de uma gestão integrada e descentralizada, principalmente no que diz respeito à água, via a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (a Lei nº 9.433 de 1997) e a criação da Agência Nacional das Águas (ANA) que ocorreu nos anos 2000. Para o autor, essa reorganização significou a substituição de métodos tecnocráticos e autoritários, o reconhecimento das águas como um bem econômico e a negociação entre órgãos de diferentes esferas de poder (municipal, estadual e federal) junto aos representantes da sociedade civil.

Fora então, nesse contexto de reestruturação da gestão das águas, que surgiram os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), sendo que suas atribuições são descritas no Art. 38 da Lei nº 9.433 (BRASIL, 1997). Kemerich, Ritter e Dulac (2014) definem os comitês como sendo órgãos colegiados onde são debatidas as questões regionais referentes à gestão das águas. Ainda segundo os autores, o maior desafio é que tais órgãos sejam efetivamente públicos, paritários e representativos, no que diz respeito ao seu formato e aos seus resultados.

De acordo com o Art. 39 da PNRH, os CBHs devem ser compostos por representantes: da União; dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; dos usuários das águas de sua área de atuação; das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (BRASIL, 1997).

Existem estudos que apontam que os CBHs não são verdadeiramente representativos, como é o caso do estudo de Meier e Basso (2014) e Martins (2015) – ambos analisaram aspectos socioeconômicos e problematizam que os comitês não devem ser um privilegiado. Martins (2015) adverte que: “a diversidade relaciona-se não com a preservação de nichos de conhecimento, mas com a

influência mútua entre os que produzem e reproduzem estes conhecimentos. E isso, em um espaço como o Comitê de Bacia, parece fundamental”.

Um dos assuntos que vem sendo cada vez mais abordado na literatura é a diversidade de gênero em espaços decisórios, como conselhos e comitês. Sabe-se que tais espaços são ocupados por representantes da sociedade civil e deveriam ser representativos. Porém, tal discussão fica em segundo plano, uma vez que há o enfoque no tema macro (a representação de gênero na sociedade civil e no mercado de trabalho). Assim sendo, estudos como este podem vir a ser um parâmetro sobre discussões de gênero.

Cabe ainda mencionar que o histórico da inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcado pela ocupação de cargos que os homens já não aceitavam e que eram carregados de condições precárias, fato que aconteceu com maior intensidade durante a década de 90 no Brasil, período marcado por forte influência neoliberal, em contrapartida, os índices de escolaridade feminina também subiram (BERTOLIN; SILVEIRA, 2019). Contudo, a corrida por ocupação de cargos técnicos, como é caso da maioria das cadeiras ocupadas nos Comitês de Bacia, não foi justa e, claramente, o gênero masculino possuía vantagens em relação ao feminino.

Silva (2018) aponta que a participação das mulheres no mercado de trabalho se trata de um fenômeno recente, corroborando as autoras Bertolin e Silveira (2019), e, ainda, ressalta que as lutas de movimentos sociais são fundamentais para a redução da desigualdade entre gênero ter diminuído ao longo dos anos no mercado de trabalho. Tais dados, reiteram a importância de trabalho que discutem a representatividade de gênero nos mais diversos espaços. Para Lira (2016), na sociedade excludente, existe o fomento para uma construção social que desprivilegia a mulher – a autora estuda o papel da mulher na literatura, porém, sua fala pode ser aplicada em outros contextos.

Ante ao contexto previamente apresentado, o presente trabalho tem por objetivo estudar qual é a representatividade do gênero feminino nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais.

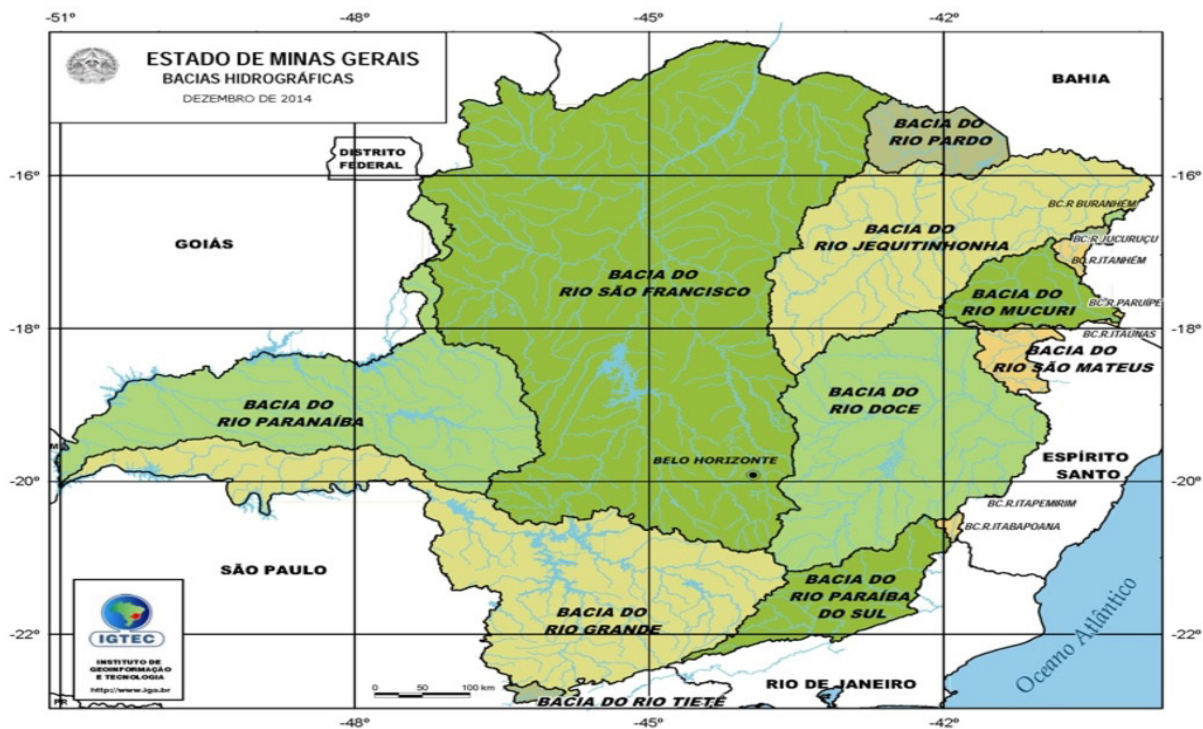
1. Materiais e Métodos

1.1. Área de Estudo

O Estado de Minas Gerais se localiza na região Sudeste do Brasil, possui 586.521,121 Km², 893 municípios e faz divisa com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Bahia e Espírito Santo (IBGE, 2019; MINAS GERAIS, 2019). No que diz respeito à cobertura vegetal do referido Estado, tem-se principalmente vegetações típicas da Mata Atlântica, Cerrado, Campos de Altitude ou Rupestres e Mata seca; e, no que se refere ao relevo, o Estado é conhecido por suas diversas regiões montanhosas. Já no que se refere ao clima, o Estado possui clima tropical com subdivisões regionais, as quais são influenciadas principalmente pela altitude, e as temperaturas médias anuais ultrapassam 18° C em todas as regiões (MINAS GERAIS, 2019).

Quanto aos recursos hídricos da região, Minas Gerais é conhecido como o Estado “caixa d’água”, uma referência à quantidade de água no Estado e as suas bacias hidrográficas (Figura 1). As principais bacias que compõem a rede hidrográfica de Minas Gerais são as dos rios Doce, Grande, Jequitinhonha, Mucuri, Paraíba do Sul, Paranaíba, Pardo e São Francisco (IGAM, 2017; MINAS GERAIS, 2019).

Figura 1- Bacias do Estado de Minas Gerais



Fonte: Governo de Minas Gerais - IGTEC, 2014.

1.2. Métodos de Pesquisa

A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a pesquisa documental via análise da composição de gênero nos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) de Minas Gerais, totalizando 33 órgãos analisados. As informações foram obtidas através do sítio eletrônico da Agência Nacional das Águas (ANA), local onde foram encontrados os encaminhamentos para cada um dos endereços eletrônicos dos órgãos estudados (CBHs de todo o Estado, ou seja, os de rios federais e estaduais), os quais continham as informações necessárias para o presente estudo.

Desta forma, em um primeiro momento, acessou-se o sítio eletrônico de cada um dos CBHs; em seguida, localizou-se a lista atualizada de conselheiros; e, por fim, foi contado o número total de membros e a representatividade de gênero (número de mulheres). O método utilizado para conhecer o número de mulheres foi o critério “nome”. Para calcular a porcentagem (%), foi utilizado o Programa Excel.

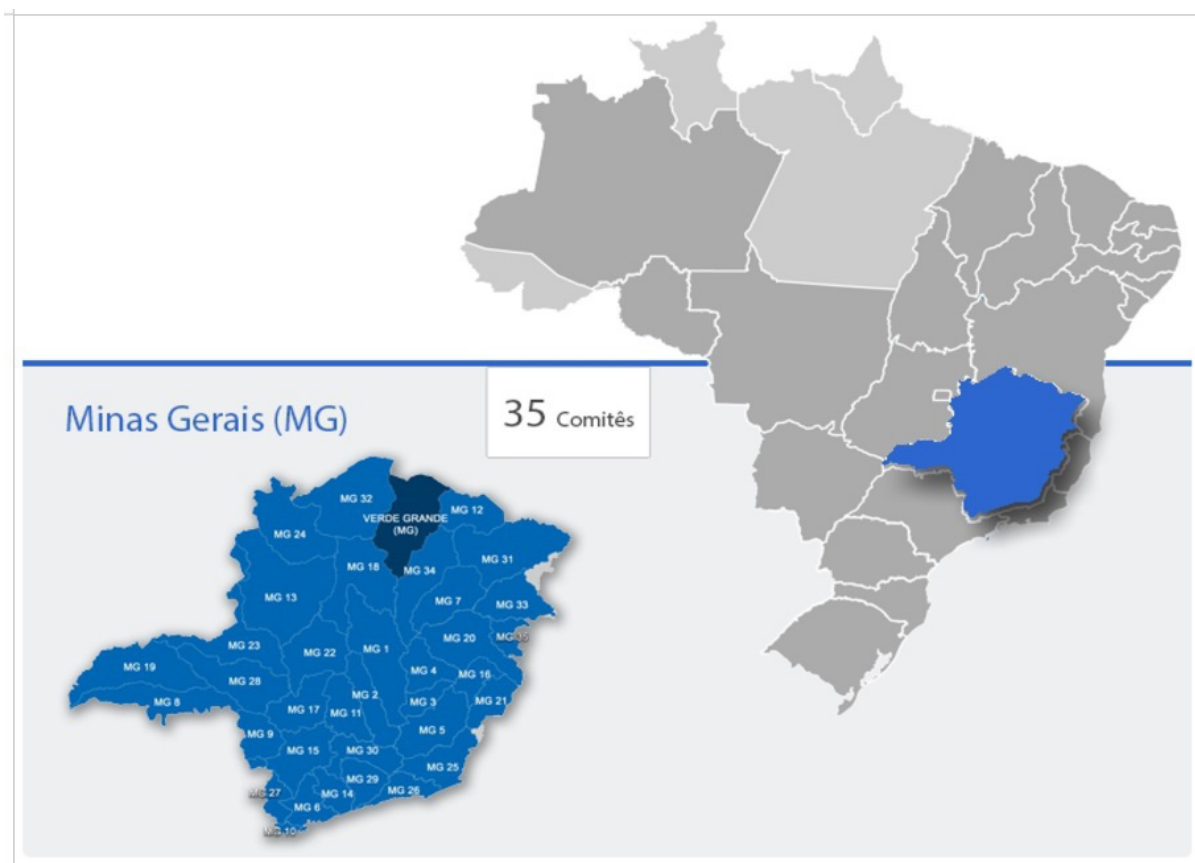
Conforme Gil (2008), a pesquisa documental tem similaridade com a pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença entre elas é a natureza da fonte, sendo que a pesquisa documental é realizada com materiais que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, os quais podem vir a ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, tendo em vista a riqueza de informações que podem ser extraídas do método, possibilitando a ampliação do entendimento de objetos de estudo cuja compreensão depende da contextualização histórica e sociocultural.

2. Resultados

Ao todo, o Estado de Minas Gerais possui 35 Comitês de Bacia Hidrográfica (Figura 2), incluindo os de rios federais e estaduais, sendo que cada um destes tem por objetivo discutir aspectos

inerentes ao uso das águas no território do Estado, servindo como uma ferramenta de compartilhamento de responsabilidades com o Poder Público (ANA, 20-- a). Além disso, cada um destes Comitês se constitui um espaço democrático, por meio de discussões e negociações pautadas na avaliação de interesses dentro da Bacia Hidrográfica em que está inserido e para o qual fora criado (ANA, 20-- b).

Figura 2 - Comitês de Bacias Hidrográficas em MG



Fonte: Adaptado de ANA, 20--b.

No que diz respeito à representatividade do gênero feminino nos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais, encontrou-se valores variados, conforme apresentado na Tabela 1. Cabe mencionar que, no número total de conselheiros/as, consideram-se membros titulares e suplentes, além disso, os cargos com status “aguardando aprovação” foram excluídos do estudo.

Tabela 1 - Representatividade do gênero feminino nos CBH de Minas Gerais.

Comitê	Ano de criação do conselho	nº total de conselheiros/as	nº de mulheres conselheiras	Representatividade feminina
CBH do Rio das Velhas	1998	52	16	29,62%
CBH do Rio Paraopeba	1999	72	21	29,16%
CBH do Rio Piracicaba	2000	72	32	44,44%
CBH do Rio S ^a Antônio	2002	72	24	33,33%
CBH do Rio Piranga	2002	72	14	19,44%

CBH do Rio Sapucaí	1998	54	7	12,96%
CBH do Rio Araçuaí	2000	48	15	31,25%
CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande	2002	64	15	23,43%
CBH dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande	2002	64	17	26,56%
CBH dos Rios Jaguari/Piracicaba	2007	73	25	34,24%
CBH do Rio Pará	1998	80	22	27,50%
CBH do Rio Mosquito	1998	56	13	23,21%
CBH do Rio Paracatu	1998	48	9	18,75%
CBH do Rio Verde	1998	96	31	32,29%
CBH do Entorno do Lago de Furnas	2002	45	11	24,44%
CBH do Rio Caratinga	2000	82	12	14,64%
CBH dos Afluentes do Alto São Francisco	2004	50	10	20,00%
CBH dos Rios Jequitaí e Pacuí	2004	48	16	33,33%
CBH dos Afluentes Mineiros e Baixo Paranaíba	2004	64	17	26,56%
CBH do Rio Suaçuí	2005	72	23	31,94%
CBH das Águas do Rio Manhuaçu	2005	72	14	19,44%
CBH do Entorno da Represa de Três Marias	2004	48	7	14,58%
CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba	2005	64	10	15,62%
CBH Mineiro do Rio Uruçua	2005	48	12	25%
CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé	2006	32	8	25%
CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna	2005	48	13	27,08%
CBH dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo	2000	78	15	19,23%

CBH do Rio Araguari	1998	72	14	19,44%
CBH do Alto do Rio Grande	2007	48	10	20,83%
CBH Vertentes do Rio Grande	2008	32	7	21,87%
CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha	2008	48	13	27,08%
CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco	2008	48	11	22,91%
CBH do Rio Mucuri	2008	32	7	21,87%
CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha	2008	64	14	21,87%
CBH do Rio São Mateus	2009	40	11	27,5
Representatividade média				24,75%

Fonte: Adaptado de ANA (2019).

3. Discussões

A representatividade feminina nos CBHs de Minas Gerais possui a média de 24,75%, observa-se, então, uma participação pouco representativa das mulheres nesse tipo de instrumento participativo. Resultado semelhante ao encontrado por Brandão et al. (2017), que analisou a representatividade de gênero no Ministério das Relações Exteriores e concluiu que as mulheres são sub-representadas, uma vez que ocupam 20% do corpo diplomático brasileiro. Um aspecto interessante observado nos resultados é que, na maioria dos CBHs criados após os anos 2000, a representatividade feminina é superior aos criados na década anterior.

Porém, a causa do valor médio encontrado possui uma raiz muito além dos CBHs; segundo Lückmann e Almeida (2010), em espaços onde os assuntos discutidos são mais técnicos, as mulheres tendem a ter menor representatividade, já em espaços voltados para políticas sociais, as mulheres ocupam maior parte. De acordo com as autoras, essa representatividade alta em espaços que se discutem questões sociais tem a ver com crença da competência intrínseca do gênero feminino para os temas enquadrados como sociais e sua ética pautada nos princípios da “solidariedade” e “sensibilidade”. Para Miguel (2011), essa participação em maior número em espaços de discussão sobre questões sociais vai muito além da crença de que a mulher é o gênero “mais sensível”, elas tendem a ocupar tais espaços porque é neles que as mesmas encontram um nicho político que está para elas disponível.

Outra problemática trazida por Lückmann e Almeida (2010) é que a maioria das mulheres que participaram dos resultados do estudo são brancas, católicas, casadas e com alto nível de escolaridade, ou seja, mesmo em espaços decisórios majoritariamente ocupados por mulheres, há ainda outros tipos de falta de representatividade.

Para os resultados encontrados no presente estudo, levantaram-se as seguintes hipóteses:

1. As mulheres participam menos dos CBHs porque parte dos cargos são ocupados por representantes políticos e as mulheres ocupam uma parcela pequena de tal campo. De acordo

com Haje e Doederlein (2019), no Congresso Nacional, a representatividade feminina é de apenas 15%, o que também acaba se refletindo na política de outras esferas (estadual e municipal). Toledo e Jardim (2019) pontuam que a paridade de gênero é ainda um obstáculo a ser vencido na democracia brasileira;

2. As mulheres participam menos dos CBHs porque parte dos cargos possui viés técnico, de instituições com relevante interesse no assunto, e existe crença enraizada de que as mulheres são melhores em cargos que exigem mais empatia e solidariedade. Tal fato é corroborado pelo trabalho de Ricoldi e Artes (2016), que analisaram os cargos ocupados por mulheres e concluíram que ainda existe no mercado de trabalho uma divisão pautada no “gênero perfeito” para desempenho de determinadas funções;

3. As mulheres participam menos dos CBHs porque parte dos cargos são ocupados por representantes da sociedade civil, e, como as mesmas já possuem muitas atribuições (no trabalho, nas tarefas domésticas e na maternidade), podem recusar a participação em tais espaços, pois isso poderia sobrecarregar ainda mais sua rotina. A sobrecarga da mulher vem sendo amplamente discutida na literatura – um trabalho feito por Costa (2018) aponta, inclusive, que isso tem diversos efeitos negativos, tais como: “estresse emocional, sobrecarga física e psíquica, além de contemplar muitas desigualdades de gênero que dificultam a conciliação das tarefas, imputando a elas o ônus da dupla/tripla jornada de trabalho”;

4. As mulheres participam menos dos CBHs porque tendem a evitar espaços tipicamente masculinos, uma vez que precisam reafirmar uma mesma fala diversas vezes para serem ouvidas ou até mesmo se tornarem andróginas para que suas falas sejam consideradas da mesma forma que as dos homens. Hryniewicz e Vianna (2018) apontam que a mulher tende a tomar diversas atitudes para serem respeitadas em espaços tipicamente masculinos, inclusive com sua aparência, e que, muitas vezes, as mesmas nem chegam a perceber tais atitudes. No mesmo estudo, as autoras mencionam que o termo “meritocracia” foi muito utilizado pelas mulheres participantes do referido ensaio, ou seja, até mesmo as mulheres desconsideraram que homens e mulheres enfrentam obstáculos distintos em sua trajetória profissional.

Uma discussão importante levantada por Brandão et al. (2017) foi de que a ausência das mulheres em espaços decisórios vai muito além da construção da sociedade patriarcal e machista, teoria que não mais se sustenta sozinha, haja vista que houve transformações nas legislações que apontaram para um caminho progressivo de abertura às mulheres.

Apesar das hipóteses traçadas e do resultado encontrado, assim como os demais trabalhos aqui citados, não se sugere que, nos CBHs, sejam criadas “cotas” para que a representatividade aumente – uma vez que o problema é estrutural e as mudanças devem ser feitas em outros espaços sociais –, no entanto, sugere-se discussões a despeito do tema.

A baixa representatividade das mulheres no CBH estudado vai além de um problema no referido órgão, pois reflete uma relação social complexa, em que as mulheres ainda estão ocupando espaços de “cuidado”, e os homens, espaços decisórios, o que remonta à divisão do trabalho proposta por Durkheim (2004), que trata a divisão do trabalho a partir de uma interação social em que está inserida em uma organização majoritária: a sociedade.

Não existe uma resposta concreta para explicar o porquê de as mulheres ainda serem sub-representadas nos espaços decisórios, sobretudo aqueles que discutem assuntos mais técnicos. Exis-

tem apenas hipóteses e uma longa construção histórica que culminou neste cenário, no entanto, é notório nos trabalhos aqui citados de que essa participação vem aumentando ao longo dos últimos anos. Para Toledo e Jardim (2019), não haverá avanço no desenvolvimento do país enquanto houver a evidente diferença de gênero em espaços políticos e decisórios, sendo que essa diferença é marcada por inúmeros fatores sociais de uma sociedade machista.

Desta forma, discussões como a proposta se tornam essenciais para a efetiva mudança. Ao longo do tempo, as mulheres têm conquistado seus direitos políticos, sociais e econômicos, no entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, conclui-se que as mulheres ocupam pouco os espaços dos CBHs do Estado de Minas Gerais. A hipótese inicial era de que as mesmas ocupassem maior parte dos referidos órgãos colegiados, uma vez que as mesmas tendem a se sentirem mais sensibilizadas com a questão ambiental como um todo, conforme propõe Lamim-Guedes e Inocêncio (2018).

Encontraram-se algumas hipóteses para os resultados, as quais dialogam com os demais estudos citados e com a realidade das lutas de gênero ao longo da história. Conclui-se que, com a baixa representatividade encontrada, é recomendável que sejam discutidos mecanismos de participação feminina nos CBHs de MG. Contudo, sugerem-se estudos que analisem a representatividade de gênero ao longo do tempo, analisando-se quais foram as mudanças de tal perspectiva desde a criação dos CBHs no Brasil, bem como sejam feitas entrevistas com as mulheres que fazem parte dos comitês, buscando verificar seus posicionamentos, o que foi impedido nesse trabalho em decorrência das restrições de isolamento impostas pela pandemia da Covid-19. Essa última sugestão trará perspectivas mais claras sobre a participação, bem como analisará como é essa participação para as mulheres, de um ponto de vista daquelas que vivem o contexto aqui narrado. Assim, será possível obter conclusões mais aprofundadas a respeito do tema.

REFERÊNCIAS

ANA, Agência Nacional das Águas. *Comitês de Bacia Hidrográfica*. 20— (a). Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamnto-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica-antigo>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

ANA, Agência Nacional das Águas. *Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos: Comitês de Bacia Hidrográfica - Minas Gerais*. 20—(b). Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamnto-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

BERTOLIN, P. T. M.; SILVEIRA, N. S. P. DA. Precarização: palavra feminina. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, São Miguel do Oeste, v. 20, n. 2, p. 355-376, dez. 2019.

BRANDÃO, L. et al. As mulheres no Itamaraty: as reformas do Ministério das Relações Exteriores à luz da teoria feminista. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dou-rados, v. 6, n. 11, p. 281-304, set. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BRASIL. *Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9433-8-janeiro-1997-374778-norma-pl.html>>. Acesso em: 10 out.

COSTA, F. A. da. Mulher, Trabalho e Família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. *Revista da Graduação em Psicologia da Puc Minas*, Poços de Caldas, v. 3, n. 6, p.434-452, dez. 2018.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAJE, L.; DOEDERLEIN, N. *Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara*. 2019. Publicado por Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

HRYNIEWICZ, L. G. C.; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Cadernos Ebape.br*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.331-344, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395174876>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Estados- Minas Gerais. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em 14 nov. 2019.

IGAM, Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Bacias Estaduais. 2017. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/component/content/article/1246>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

JACOBI, P. R. Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. En publicación: *Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana*. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006.


KEMERICH, P.D.C; RITTER, L. G; DULAC, V. F. Gerenciamento de comitês de bacia: desafios e potencialidades. *Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas: Revista Monografias Ambientais - REMOA*, Santa Maria, v. 13, n. 5, p.3737-3743, set. 2014.

LAMIM-GUEDES, V.; INOCÊNCIO, A. F. Mulheres e Sustentabilidade: uma aproximação entre o movimento feminista e a sustentabilidade. *Educação Ambiental em Ação*, [s.l.], v. 2, n. 25, p.1-12, set. 2018.

LIRA, B. C. A mulher na literatura: seus enquadramentos e a precariedade da emancipação. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [s.l.], v. 2, p. 381-388, dez. 2016. ISSN 2525-7870. DOI: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v2i4.267>.

LOUREIRO, C.F.B.; CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, SP, v.11, n.2, p. 237-253, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003>>.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. R. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.86-94, jun. 2010.



MARTINS, R. C. Fronteiras entre Desigualdade e diferença na Governança das Águas. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.221-238, mar. 2015.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

MINAS GERAIS. Governo. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/conheca-minas/geografia>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

MOREIRA, L. A. *Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais*. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018.

MEIER, M. A.; BASSO, L. A. A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica dos Rios Vacacaí E Vacacaí-Mirim/RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 18, n. 3, p.117-134, 28 nov. 2014. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2236499414871>.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Mulheres no ensino superior brasileiro: Espaço garantido e novos desafios. *Ex aquo*, Lisboa, v. 13, n. 1, p.149-161, jun. 2016.

SILVA, A. M. A participação econômica das mulheres no mercado de trabalho. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, [s.l.], v. 4, fev. 2018. ISSN 2525-7870. DOI: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v4i0.778>.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C.D. de; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2009.

TOLEDO, C. M. Q. DE; JARDIM, N. C. A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, Uberlândia, v. 47, n.2, p. 318-333, dez. 2019.

WOLKMER, M. F; PIMMEL, N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, Santa Catarina*, v. 34, n. 67, p.165-198, 9 dez. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n67p165>.

